



POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR EM MUNICÍPIOS DA COSTA OESTE PARANAENSE

MUNICIPAL PUBLIC POLICIES FOR RURAL DEVELOPMENT AND FAMILY AGRICULTURE IN MUNICIPALITIES OF THE WEST COAST OF PARANA

Valdir Serafim Jr¹
Adriana Maria De Grandi²
Fabiola Graciele Besen³

Resumo

A presente pesquisa visa identificar em relação à seis municípios da Região Costa Oeste do Paraná, com base em informações levantadas junto aos órgãos municipais de agricultura, agropecuária e meio ambiente, a sua composição administrativa e parcerias, a visão municipal relacionada as atividades ligadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, bem como as atuais políticas públicas municipais oferecidas aos agricultores relacionadas ao desenvolvimento rural. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva quanto à tipologia, dedutiva em relação ao método e com abordagem qualitativa. Conclui-se que a dimensão política talvez apresente os maiores desafios dentro do desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar, primeiramente pela necessidade do desenvolvimento de processos participativos, recaindo sobre os municípios a necessidade de organização de seus recursos humanos para a negociação, captação e aplicação de recursos. As secretarias devem planejar ações que perdurem além de seus mandatos políticos com a participação ativa dos agricultores familiares, com planejamento estratégico participativo, havendo a necessidade de mediações entre os vários projetos e interesses existentes na região Costa Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Dimensão política; Processos participativos.

Abstract

The present research aims to identify, in relation to the six municipalities of the West Coast Region of Paraná, based on information gathered from the municipal agencies of agriculture, agriculture and the environment, its administrative composition and partnerships, the municipal vision related to activities related to agriculture And rural development, as well as the current municipal public policies offered to farmers related to rural development. The research is characterized as exploratory and descriptive regarding the typology, deductive in relation to the method and with a qualitative approach. It is concluded that the political dimension may present the greatest challenges within sustainable rural development for family agriculture, firstly due to the need to develop participatory processes, with the need for the organization of human resources for negotiation, capitation and implementation of resources. Secretariats should plan actions that continue beyond their political mandates with the active participation of family farmers, with participatory strategic planning, and there is a need for mediation between the various projects and interests in the region West Coast of Paraná.

Keywords: Rural development; Political dimension; participatory processes.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. jr_valdir@hotmail.com

² Mestre e Doutora em Engenharia Agrícola. Professora do PPGDRS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Marechal Candido Rondon adrianadegrandi@gmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis. Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Unioeste. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. fabiagracielebesen@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é sempre lembrada pela utilização de mão de obra da família e pela importância na produção de alimentos, principalmente de autoconsumo, focalizando mais o caráter social do que o econômico, contudo ela responde por uma grande parcela de produção agropecuária nas mais variadas atividades e se inter-relaciona com os seguimentos industriais e de serviços (GUILHOTO, et al, 2007)

Guilhoto, et al, (2007:13) relata sobre o poder econômico e a necessidade de atuação pública a favor da agricultura familiar: “Há que se considerar, também, o fato de as forças de mercado serem, sabidamente, concentradoras e centralizadoras do capital, realizando-se as necessárias ações públicas que assegurem ao segmento familiar um ambiente propício ao seu desenvolvimento econômico. Esta é a necessidade mais premente, consolidar e ampliar as políticas públicas voltadas ao fortalecimento econômico desse setor produtivo.

Para Long (2001), os programas e processos de intervenção (políticas públicas) devem ser “desmontados” para mostrar o que eles realmente são, ou seja: processos socialmente construídos, negociados e processados, e não meramente “um plano” a ser executado de cima para baixo. Nesse sentido identifica-se em relação às políticas públicas disponibilizadas pelos gestores públicos, que todos os atores interessados devem ter acesso a elas e contribuir na construção das mesmas.

A partir destas considerações, delimitou-se o problema de pesquisa: Quais os principais desafios para a municipalidade na construção de políticas públicas para a agricultura familiar que promovam o desenvolvimento rural sustentável nos municípios da Costa Oeste do Paraná?

O problema de pesquisa tem como objetivo geral identificar como se encontram organizados seis municípios da Costa Oeste Paranaense, representados pelos municípios de Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Helena, São Miguel do Iguazu e Santa Terezinha de Itaipu, levanto junto as secretarias municipais de agricultura, agropecuária e meio ambiente informações que contribuam para a verificação dos principais desafios para a municipalidade na construção de políticas públicas para a agricultura familiar que promovam o desenvolvimento rural sustentável nos municípios da Costa Oeste.

Atendendo ao problema de pesquisa, foram estabelecidos os objetivos específicos para atingir o objetivo geral: a) identificar a composição dos órgãos municipais de agricultura e suas parcerias; b) identificar a visão da municipalidade quanto as atividades econômicas ligadas a agricultura familiar e desenvolvimento rural; e c) elencar as políticas públicas municipais ligadas ao desenvolvimento rural.

O estudo é apropriado, pois fornece elementos sobre as unidades de agricultura familiar dos municípios da Costa Oeste do Paraná, as quais estão inseridas no processo de desenvolvimento dessa região e essas informações podem ser utilizadas por entidades governamentais, para o desenvolvimento de ações e políticas públicas que promovam de alguma forma o desenvolvimento rural local e regional.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento agrícola encontrou nos Estados Unidos e Europa, nas décadas de 1950 e 1960, um grande espaço de aplicação pela ação conjunta do Estado, indústrias agroalimentares e uma parte de agricultores empresariais. O setor agrícola foi inserido no sistema econômico com o intuito de transformar a agricultura tradicional, considerada atrasada, em um setor moderno e participante no desenvolvimento econômico nacional (ALMEIDA, 1997).

Segundo Almeida (1997), este processo de desenvolvimento acarretou em um grande avanço tecnológico, porém seu reflexo na agricultura foi uma busca constante em aumentos de produção e produtividade e a agricultura em si ficou em segundo plano pela entrada de vários operadores econômicos neste processo, caso das indústrias químicas, que travaram a agricultura através de seus processos tecnológicos, utilizando a agricultura como base natural de produção.

Para Beck (1998), os avanços modernos produzem uma riqueza social acompanhada da geração de riscos sociais; na agricultura particularmente a imagem do produtor que estava ligada à produção de alimentos, agora está relacionada também a um mundo de agrotóxicos. Os aumentos de produção foram acompanhados pelo aumento dos insumos, os quais ameaçam a vida de animais e plantas, devendo a ciência contribuir com estudos em diversas áreas para formulação de alternativas não somente ligadas à alta produtividade, mas relacionadas às políticas que possam impedir a supremacia do perigo.

De acordo com Dal Soglio e Kubo (2009), a capacidade humana de descobrimento, criação e transformação fornece à espécie o título de maior predador dos recursos naturais do planeta, que associado à instituição de padrões de relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ambientais gerou um modelo econômico desigual e excludente. O pensamento científico predomina sobre os conhecimentos adquiridos nas experiências cotidianas e tradicionais, a natureza é controlada, explorada e expropriada pelo homem através de tecnologias modernas, criando novos estilos de vida e pautando a agricultura na produção e exploração dos recursos naturais.

Em sua pesquisa, Guivant (2001) discute a teoria da sociedade do risco de Beck (1998), relatando que o seu argumento central está relacionado ao deslocamento da sociedade industrial com característica de produção e distribuição de bens para a sociedade do risco, na qual a distribuição dos riscos não corresponde as diferenças sociais, econômicas e geográficas. O desenvolvimento científico e tecnológico não teria condições de prever e controlar riscos que colaboram para a geração de consequências graves para a saúde humana e para o meio ambiente, ignorados no longo prazo, porém quando descobertos poderão não oferecer possibilidade de retorno.

Em sua pesquisa “Agricultura Sustentável I: Conceitos”, Costa (2010) apresenta duas linhas de interpretação de sustentabilidade: a economicista e a termodinâmica. Do ponto de vista economicista, o crescimento sustentável está relacionado ao crescimento econômico, e tenta-se associar a natureza com o capital, considerando que as bases da crise ambiental estão na ideia que a natureza é um bem livre e sem custos, sem realmente haver medição monetária



desses danos. Assim, nessa abordagem, a natureza é considerada como um bem econômico e seu valor é determinado pela sua procura ou pelo bem-estar por ele proporcionado ou não.

Para Costa (2010), dentro da abordagem economicista, existem duas teorias sobre sustentabilidade: a sustentabilidade forte e a sustentabilidade fraca. A sustentabilidade forte gera um comportamento onde se considera que os bens e serviços naturais são insubstituíveis, assim sua utilização deve dar condições para sua reprodução ou regeneração. Na sustentabilidade fraca, o poder economicista se considera capaz de substituir os recursos utilizados na medida que eles se esgotam, não demonstrando preocupação com o ambiente e seus recursos naturais.

De acordo com Costa (2010), do ponto de vista da interpretação termodinâmica, o padrão de desenvolvimento econômico é causador da crise ambiental, fortemente pautado pelo alto desenvolvimento industrial e na exploração de recursos naturais não renováveis, sobretudo em relação às fontes energéticas e esse crescimento, com base no desenvolvimento econômico, conduzirá a uma situação de escassez absoluta de recursos naturais.

Vários desafios estão relacionados à conservação e aproveitamento racional da natureza, como a escolha de estratégias corretas, planejamentos de sustentabilidade múltiplas da terra e de seus recursos renováveis e planos de ocupação da terra, pois o uso produtivo não deve destruir a biodiversidade ou prejudicar o meio ambiente, por isso deve ser compreendido que as atividades econômicas estão ligadas ao ambiente natural. A ciência moderna deve ser utilizada para a criação de projetos sustentáveis e estes são dependentes da habilidade humana para o seu sucesso (SACHS, 2009).

Costabeber e Caporal (2003) relatam que a construção do DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável deve apoiar-se em seis dimensões relacionadas entre si, em primeiro nível as dimensões ecológica, econômica e social; em segundo nível a dimensão cultural e política e em terceiro nível a ética.

Na dimensão política destacam-se pontos importantes para definição de índices e monitoramento de conceitos sustentáveis atingidos em determinados momentos, sendo eles: processos participativos e democráticos desenvolvidos no processo agrícola e de desenvolvimento rural, redes de organização, participação em grupos de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em conselhos políticos e profissionais (COSTABEBER e CAPORAL, 2003).

Segundo Avila, et al, (2013, p.74), duas questões são importantes quando se trata de políticas públicas: “a primeira refere-se aos atores envolvidos nos diferentes momentos, desde a concepções e formulação até o monitoramento. A segunda questão está orientada para a implementação efetiva das políticas e as externalidades geradas nesse processo.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece um compromisso claro com o desenvolvimento, a distribuição da riqueza, o combate à pobreza e às desigualdades sociais, os direitos sociais e a proteção do meio ambiente, por um lado, e com a democracia participativa, de outro (SMANIO, 2013).

A partir disso as políticas públicas devem atender aos interesses da maioria da população, deve existir a participação entre os envolvidos, seja na sua concepção ou para validação ou avaliação de políticas já existentes, principalmente quando está relacionada a



níveis locais, dependendo desse envolvimento para a identificação de limites, possibilidades e dificuldades.

A política pública é tida, pelo senso comum, como procedimento linear em que fases perfeitamente distintas sucedem-se, partindo da formação, passando pela implementação, finalizando com a avaliação (BUCCI, 2006).

Influências da sociedade civil podem gerar demandas para criação de políticas públicas que serão interpretadas pelo Estado para sua formulação e implementação e geralmente surgem para a manutenção de setores considerados vulneráveis ou para criação de oportunidades de desenvolvimento social.

A política agrícola, historicamente, vem se subordinando aos interesses mais amplos da política econômica, entendida não apenas como políticas macroeconômicas, quer monetária, fiscal ou cambial, mas também como políticas gerais voltadas à industrialização, às medidas previdenciárias e aos instrumentos gerais para interferir na produção e na distribuição de renda (FEIJÓ, 2010).

As formações de políticas públicas estão relacionadas a vários tipos de movimentações sociais, dentro de um campo social heterogêneo, pautado por interesse e por disputas diversas. " O campo social diz respeito ao espaço que permeia a história de vida e as práticas dos gestores e atores e compõe-se dos diversos atores que entram e saem dessa esfera. Há o domínio político, mas há influência do domínio das relações sociais e dos atores envolvidos" (KRUEL, 2010, p.10).

Os municípios tornaram-se os principais atores sociais na promoção do desenvolvimento rural sustentável, determinando na elaboração de suas políticas no seu ambiente microeconômico, o quê, para quem, quando e como serão destinados os recursos para a agricultura, apresentando em suas leis orgânicas suas diretrizes para planejamento e execução.

Outro imperativo importante é a implementação das políticas públicas. Ela é um processo complexo e decisivo para o sucesso das políticas públicas. A diversidade de atores envolvidos nesse processo é que caracteriza essa complexidade (AVILA, et al, 2013).

Segundo Ávila, et al, (2013):

Quando há integração de forças no âmbito da gestão pública, as políticas públicas têm como resultado mais sinergia e escopo. A sinergia e a coordenação das políticas, por sua vez, são resultantes da ação pública. Significa dizer que não há um plano deliberado para que os efeitos sejam alcançados (AVILA, et al, p.75).

Assim, entende-se que os formuladores das políticas públicas devem dialogar com os vários atores sociais envolvidos para definir e ofertar as políticas (AVILA, et al, 2013).

Nesse sentido, a heterogeneidade na agricultura não se resume a adotar um modelo agrícola proposto pelo Estado, mas a considerar um amplo cenário de transformações, reações, modificações e alternativas geradas no meio rural (LONG e PLOEG, 2011). Por essa razão, Long e Ploeg (2011), defendem que, em relação aos projetos específicos das agências estatais, o enfoque deve ser dado às práticas de intervenção criadas pela interação entre os atores, ao invés de simplesmente aos modelos de intervenção ideais construídos por um grupo.



3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório descritivo das informações extraídas do banco de dados e relatórios do “Pronaf Sustentável na BP3”, trabalho conduzido e desenvolvido pela ADEOP – Agência de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná, qualificada como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, junto ao Ministério da Justiça, inserida no Parque Tecnológico de Itaipu – PTI em conjunto com a Itaipu Binacional.

Durante o ano de 2016, este estudo investigou os seis municípios da Costa Oeste Paranaense, os quais apresentam grande concentração de agricultores familiares tradicionais ou assentados de reforma agrária, fazem parte do estudo os municípios de Itaipulândia, Missal, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Medianeira, sendo o principal motivo desse agrupamento a proximidade geográfica, características climáticas e tipos de solo similares, semelhanças no IDH e sistemas produtivos.

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo exploratório descritivo das informações levantadas junto as secretarias de agricultura, agropecuária e meio ambiente dos municípios objetos do estudo, durante o ano de 2016, baseou-se no método dedutivo, pois através do levantamento das informações, estabeleceu-se uma relação de causa e efeito.

Para Gil (2010), as pesquisas exploratórias proporcionam uma maior intimidade com o problema, tem objetivo de deixá-lo claro, além de apresentar menor rigidez de planejamento pela característica de apresentar uma visão mais ampla sobre determinado fato.

Sob o contexto descritivo, Gil (2010) expõe que o principal objetivo das pesquisas descritivas é relatar características de determinada população, amostra ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis; utiliza-se técnicas padronizadas de coletas de dados como questionários e observação sistêmica.

O método de pesquisa será o dedutivo, considerando que as informações essenciais necessárias para o desenvolvimento do estudo encontram-se explícitas nos diagnósticos efetuados pela ADEOP nas unidades familiares, devendo ser analisados para as respectivas conclusões.

Os dados primários foram coletados através de entrevista e como instrumento de coleta padronizado, para que se pudesse levantar informações e comportamentos que contribuíssem para as conclusões sobre o tema de estudo.

Quanto a abordagem, a pesquisa qualificou-se como qualitativa, pois mensurou de forma mais profunda as características dos municípios em relação as suas políticas para o desenvolvimento rural, bem como a relevância destas em relação a agricultura familiar da região Costa Oeste do Paraná.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os municípios estudados fazem parte do eixo Foz do Iguaçu x Guaíra, Foz do Iguaçu x Cascavel, estão situados geograficamente entre o lago da represa de Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu. Conforme a Tabela 1, que traz a caracterização dos municípios quanto a



sua colonização, identifica-se a predominância de alemães e italianos, oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que, no município de Santa Terezinha de Itaipu, relata-se também a presença de colonizadores do norte do Paraná.

Quanto aos índices de urbanização, a maior concentração encontra-se nos municípios que fazem parte do eixo Foz do Iguaçu x Cascavel, ligados pela rodovia federal BR 277. A maior taxa de urbanização está no município de STI - Santa Terezinha de Itaipu com 90,38%, seguido por MED - Medianeira, 89,41% e SMI - São Miguel do Iguaçu com 63,97%. Os demais municípios apresentam grau de urbanização similares, estão situados no eixo Foz do Iguaçu x Guaíra, ligados pela rodovia estadual PR 495, e o maior índice de urbanização está no município de SH - Santa Helena com 53,76%, seguido por ITP - Itaipulândia 52,53% e MIS - Missal com 51,75%. Em relação à qualidade de vida humana, características sociais, culturais e políticas, o IDH dos municípios apresenta valores comparados a médio desenvolvimento.

Tabela 1 - Caracterização dos municípios

Município	Área Km2	Colonização predominante	Emancipação	População censitária 2010	População censitária urbana	População censitária rural	Urbano %	IDH 2010
ITP	332,317	Alemã, Italiana (RS, SC)	1992 (SMI)	9.026,00	4.741,00	4.285,00	52,53	0,738
MED	325,167	Alemã, Italiana (RS, SC)	1960	41.817,00	37.390,00	4.427,00	89,41	0,763
MIS	323,042	Alemã, Italiana (RS, SC)	1981 (MED)	10.474,00	5.420,00	5.054,00	51,75	0,711
SH	759,123	Alemã, Italiana (RS, SC)	1967	23.413,00	12.586,00	10.827,00	53,76	0,744
STI	267,491	Alemã, Italiana (RS, SC, PR)	1982 (FI)	20.841,00	18.837,00	2.004,00	90,38	0,738
SMI	848,669	Alemã, italiana (RS, SC)	1961 (MED)	25.769,00	16.485,00	9.284,00	63,97	0,704

Fonte: IPARDES, 2016, adaptado pelos autores.

Segundo Haesbaert (2005), uma região é formada a partir do seu espaço, das relações sociais ali estabelecidas, da interação entre a sociedade e natureza, além da influência das empresas e do Estado, que também vão modificando essa região.

No caso dos municípios da pesquisa, outro aspecto a ser considerado deve-se ao fato da região estar localizada na faixa de fronteira com o Paraguai e a Argentina, diferenciando-a das demais regiões (CASAGRANDE e SOUZA, 2005).

Além desses aspectos, os eixos dos quais os municípios fazem parte influenciam diretamente no seu desenvolvimento. Para Nasser (2000), os eixos representam cortes espaciais que dão destaque a sub-regiões onde o conjunto de ações de desenvolvimento integrado permite a difusão desse dinamismo para outras regiões ou para o país, e as potencialidades dessas regiões são orientadas para indicar capacidades de setores produtivos e vantagens de localização antes não conhecidas.

O desenvolvimento desses eixos contribui para o êxodo rural, pelas oportunidades de trabalho no meio urbano, mais atraentes aos jovens que percebem perspectivas de melhoria nas condições de vida que não encontram facilmente na agricultura familiar tradicional.

Segundo Caramaro e Abramovay (2014), as regiões sul e sudeste vivenciam hoje um processo de migração bem menor do que ocorreu em seus processos históricos, questionando



se nas condições atuais apresentadas pelo meio rural, existe a capacidade de contribuir para uma integração econômica e emancipação social de sua população. A ideia conservadora de “fixar o homem no campo” fica desamparada quando se verifica que o meio rural cada vez mais se relaciona com as cidades, restando saber se a relação será participativa e construtiva ou promoverá a fragmentação do tecido social existente no meio rural.

Na pesquisa efetuada, conforme dados da Tabela 2, foram dimensionados os sistemas produtivos das 625 unidades familiares dos municípios em estudo, podendo verificar três atividades predominantes, sendo a cultura da soja, presente em 50,7% das unidades, a cultura do milho safrinha presente em 49,6% das unidades e a atividade leiteira presente em 49,1% das unidades. Os demais sistemas têm as seguintes participações em ordem decrescente: fumo 12,8%, mandioca 11,2%, milho verão 7,4%, suinocultura 5,9%, avicultura de corte 5,1%, olericultura 5,1%, piscicultura 1,4%, fruticultura 1%. As atividades produtivas relacionadas ao amendoim, apicultura, arroz, aves de postura, bovinos de corte, cana de açúcar e trigo apresentaram índices inferiores a 1%.

Tabela 2 - Sistemas produtivos das unidades familiares

ATIVIDADES	ATIVIDADES GERAL		UNIDADES
	N	Porcentagem	625 U.F.
Soja	317	24,9%	50,7%
Milho Safrinha	310	24,4%	49,6%
Bovinocultura leiteira	307	24,1%	49,1%
Fumo	80	6,3%	12,8%
Mandioca	70	5,5%	11,2%
Milho verão	46	3,6%	7,4%
Suinocultura	37	2,9%	5,9%
Avicultura de corte	32	2,5%	5,1%
Olericultura	32	2,5%	5,1%
Bovinocultura de corte	10	0,8%	1,6%
Piscicultura	9	0,7%	1,4%
Fruticultura	6	0,5%	1,0%
Cana de açúcar	5	0,4%	0,8%
Avicultura de postura	3	0,2%	0,5%
Amendoim	2	0,2%	0,3%
Arroz	2	0,2%	0,3%
Trigo	2	0,2%	0,3%
Apicultura	1	0,1%	0,2%
	1.271	100,0%	

Fonte: ADEOP, 2012, adaptado pelos autores.

A diversidade revela-se pelo conjunto de iniciativas individuais ou familiares para novas possibilidades em situação de privação ou dificuldades, geralmente por falta de opções ou por erros ou equívocos causados pelas especializações, já a diversificação, tem relação com o fortalecimento dos meios de vida, envolve processos sociais e econômicos, estimula a capacidade de reconstrução em períodos de crise, choques ou fragilidades (SCHNEIDER, 2010).

Verificou-se a diversidade produtiva dessas unidades nos modelos modernos, não apresentando mais as características iniciais de produção para subsistência, onde o processo



de especialização em determinadas culturas têm relação específica com os mercados regionais.

Os municípios apresentam características socioeconômicas, sistemas produtivos, localização geográfica e acesso a mercados similares, e no Quadro 1, identificou-se como estão organizados os órgãos municipais de agricultura, sendo exclusivos nos municípios de Medianeira e São Miguel do Iguacu. Nos demais, o órgão é em conjunto com o meio ambiente. Os secretários têm formação técnica, engenharia agrônoma e técnico agrícola, com exceção do município de Medianeira em que o secretário tem formação técnica em contabilidade. Dentre as funções informadas pelas secretarias, pode-se verificar que a fiscalização e educação ambiental são predominantes.

Quadro 1 - Órgão municipal de agricultura

MUNICÍPIO	ÓRGÃO MUNICIPAL DE AGRICULTURA						
	TIPO	NOME	FORMAÇÃO DO SECRETÁRIO	FUNÇÕES	CMDR	CMDR Caráter	CMDR Agenda
ITP	Conjunto	Agricultura e meio ambiente	Técnico Agrícola	Fiscalização; Educação ambiental.	Sim	Consultivo	Anuais
MED	Exclusivo	Agricultura sustentável de abastecimento	Técnico em Contabilidade	Monitoramento de recursos naturais.	Não	x	X
MIS	Conjunto	Agricultura e meio ambiente	Técnico Agrícola	Fiscalização; Educação ambiental; Capacitações.	Sim	Consultivo	Mensais
SH	Conjunto	Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente	Engenheiro Agrônomo	Fiscalização; Educação ambiental; Capacitações; Monitoramento de recursos naturais; Licenciamentos ambientais.	Sim	Consultivo	Trimestrais
SMI	Exclusivo	Agricultura	Técnico Agrícola	Monitoramento de recursos naturais.	Sim	Consultivo	Trimestrais
STI	Conjunto	Agropecuária e meio ambiente	Técnico Agrícola	Fiscalização; Educação ambiental; Monitoramento de recursos naturais.	Sim	Deliberativo	Semestrais

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

Em relação a processos participativos, os municípios apresentam Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, com exceção do município de Medianeira. A presença desses conselhos promove a participação social dos atores em assuntos pertinentes à avaliação e definição de políticas públicas. Porém observou-se, na maioria, agendas de reuniões longas, podendo comprometer ações de desenvolvimento em parceria com o estado, sociedade civil ou empresas privadas.

Segundo Marques e Flexor (2008), os conselhos municipais fazem parte de transformações nos debates sobre questões rurais, debates locais sobre desenvolvimento e agricultura sob uma ótica de multifuncionalidade, devendo verificar a que ponto os conselhos conseguem captar e processar as necessidades e interesses que estejam além da visão produtivista do desenvolvimento rural.

As responsabilidades das partes envolvidas devem ser claramente identificadas, pois além de aprovações, avaliações e acompanhamento de planos municipais de desenvolvimento rural, os conselhos deveriam verificar as destinações de recursos e controle de gastos, e em sua formação, não privilegiar somente membros considerados como capacitados em planejar



o desenvolvimento rural do município, com uma visão técnica que favorece o produtivismo, mas sim uma inclusão de agricultores familiares capazes de responder a preceitos técnicos e às demandas de mercado, moderando, dessa forma, a inclinação produtivista (MARQUES e FLEXOR, 2008).

A Tabela 3 aponta como as secretarias estão compostas em relação aos seus recursos humanos e, com exceção do município de São Miguel do Iguazu, os demais concentram os funcionários nas atividades administrativas operacionais. Em relação à quantidade de pessoas, existe uma variação considerável nessas atividades, porém identificou-se que algumas secretarias de agricultura utilizam recursos operacionais da secretaria de infraestrutura e obras. Quanto aos recursos humanos com habilidades técnicas voltadas à agricultura, verificou-se que todas as secretarias têm pessoas com formação nas Engenharias Agrícolas, Agrônomas e Ambientais, esta última quando a secretaria é em conjunto com o meio ambiente.

Tabela 3 - Recursos humanos das secretarias de agricultura

MUNICÍPIOS	RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA				
	TOTAL	DIRETORES	ADM/OP	TECNICOS	ÁREAS TÉCNICAS
ITP	23 100%	1 4,4%	17 73,9%	5 21,7%	1 – Engenheiro Agrícola; 1 – Engenheiro Agrônomo; 1 – Engenheiro Ambiental; 1 – Médico Veterinário; 1 – Administrador em Agronegócios.
MED	26 100%	1 3,9%	22 84,6%	3 11,5%	1 – Engenheiro Agrônomo; 1 – Médico Veterinário; 1 – Técnico Agrícola.
MIS	12 100%	3 25%	6 50%	3 25%	1 – Engenheiro Agrônomo; 1 – Engenheiro Ambiental; 1 – Técnico Agrícola.
SH	47 100%	4 8,5%	35 74,5%	8 17%	1 – Engenheiro Agrônomo; 1 – Médico Veterinário; 1 – Engenheiro ambiental; 4 – Técnicos Agrícolas; 1 – Biólogo
SMI	9 100%	1 11,1%	3 33,3%	5 55,6%	2 – Engenheiros Agrônomos; 2 – Médicos Veterinários; 1 – Técnico Agrícola.
STI	37 100%	2 5,4%	29 78,4%	6 16,2%	1 – Engenheiro Agrônomo; 1 – Engenheiro Ambiental; 1 – Médico Veterinário; 2 – Técnicos Agrícolas; 1 – Técnico Ambiental.

Fonte: dados da pesquisa adaptado pelos autores.

Verificou-se a presença de médicos veterinários em praticamente todas as secretarias municipais. Primeiramente pode-se vincular a necessidade destes profissionais pela questão sanitária e segurança alimentar, atuando nas áreas de saúde pública veterinária, higiene, saúde e sanidade animal, ressaltando a grande presença da atividade leiteira nas unidades familiares estudadas.

Assim pode-se afirmar que as secretarias de agriculturas municipais têm como primeiro desafio a organização de recursos humanos para um bom planejamento de ações que visem o desenvolvimento do meio rural, ações estas que devem ser programadas para que perdurem além de mandatos políticos, pois a questão temporal é fator muitas vezes impactante para uma boa formulação de políticas públicas e aplicação de recursos.



Pode-se utilizar a conceituação para esse planejamento, relacionando-o ao setor público, de acordo com Lucena (2012):

Planejamento de recursos humanos compreende o processo gerencial de identificação e análise das necessidades organizacionais de recursos humanos e o consequente desenvolvimento de políticas, programas, sistemas e atividades que satisfaçam essas necessidades, a curto, médio e longo prazos, tendo em vista assegurar a realização das estratégias do negócio, dos objetivos da empresa e de sua continuidade sob condições de mudança (LUCENA, 2012, p. 85).

Para Lucena (2012), as integrações às atividades com os objetivos devem estar relacionadas com a preocupação de fazer chegar os produtos e serviços aos segmentos escolhidos; obter o máximo de retorno; assegurar através da “organização” a existência e funcionamento das estruturas, incluindo os recursos financeiros, tecnológicos e humanos.

As secretarias municipais de agricultura têm como função a coordenação das políticas agrícolas, planejando, apoiando e desenvolvendo ações que contribuam para o desenvolvimento agropecuário e para a proteção do meio ambiente.

Pela autonomia política adquirida pelos municípios pela constituição de 1988, elaborando sua própria lei orgânica e escolhendo diretamente seus governantes, aumentaram suas competências em diversas áreas, porém a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 20%. Assim existe a necessidade de negociação e captação de recursos em diversos programas federais e estaduais, pois se assume responsabilidade e encargos de várias esferas, portanto a autonomia de realização de políticas próprias ainda é baixa (TEIXEIRA, 2002).

O Quadro 2 elenca as parcerias citadas pelas secretarias municipais, apresentando parcerias no âmbito federal e estadual, além da iniciativa privada, com caráter fiscalizadores, normalizadores, assistenciais e educacionais, representados pelas seguintes entidades:

- ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Normatização, padronização e fiscalização para prevenção e preservação, contribuindo na sanidade da produção agropecuária);
- EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável pela coordenação e articulação de Assistência Técnica e Extensão Rural);
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde (Inclusão social por meio de ações de saneamento para a prevenção e controle de doenças);
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável);
- ITAIPU Binacional, programa Cultivando Água Boa (Contempla diversas ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, promovendo a qualidade de vida das comunidades da BP3);
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Educação profissional, assistência técnica e atividades de promoção social).



As parcerias apresentadas são na maioria técnicas, tendo como parceria financeira somente a Itaipu Binacional em pontos específicos dentro do programa Cultivando Água Boa.

Quadro 2 - Parcerias das secretarias de agricultura

PARCERIAS	MUNICIPIOS					
	ITP	MED	MIS	SH	SMI	STI
ADAPAR	X	X	X	X	X	X
ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS				X	X	
COOPERATIVAS	X					
EMATER	X	X	X	X	X	X
FUNASA		X	X		X	X
INCRA	X	X	X			X
ITAIPU BINACIONAL	X	X	X	X	X	X
SENAR - PR	X					

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

As formas de organização dos agricultores familiares representam fatores de potencialidades para seu desenvolvimento. O Quadro 3 aponta as atuais parcerias com que as secretarias municipais de agricultura costumam promover ações socioculturais com esses agricultores. Prevaecem as ações conjuntas com as cooperativas, seguida pelas associações e sindicatos e somente um município apresentou ações com órgãos governamentais.

Para Denardi, et al, (2000), a organização da sociedade civil potencializa o desenvolvimento local, podendo utilizar essas organizações para mobilizações relacionadas a atividades específicas, formulação de propostas e análise de reivindicações ao poder público, contribuindo para a democratização das instituições, além de melhorar a autoestima e autoconfiança, beneficiando a capacidade de trabalho e intervenção dos cidadãos.

Verifica-se, dessa maneira, a importância da visão de desenvolvimento da agricultura familiar pelas secretarias municipais de agricultura, pois estes agricultores dependem de uma gestão pública de qualidade, com planejamento estratégico participativo para garantir uma eficiência administrativa voltada a um desenvolvimento integrado e sustentável.

Quadro 3 - Ações socioculturais em conjunto das secretarias de agricultura

AÇÕES SOCIOCULTURAIS	MUNICIPIOS					
	ITP	MED	MIS	SH	SMI	STI
ASSOCIAÇÕES	X		X	X	X	
COOPERATIVAS	X	X	X		X	X
SINDICATOS			X	X	X	X
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	X					

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

No Quadro 4, foram identificadas as atividades econômicas por ordem de importância relacionadas à agricultura familiar dentro da visão das secretarias municipais de agricultura. Observa-se que elas espelham os sistemas produtivos predominantes dos



municípios estudados. Identificou-se que as atividades mais importantes estão voltadas para as cooperativas, agroindústrias e as integradoras, tendo como característica principal a produção “*commodities*” representada pela soja e pelo milho safrinha, demonstrando que a modernização da agricultura empregou às pequenas propriedades uma tendência dominante em relação aos modos de produção e que os municípios acompanharam essa tendência. Essa é uma característica que pode comprometer a criação e manutenção de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares que não se enquadram nos modelos predominantes.

Teixeira (2002) contribui para esse entendimento quando relata sobre os processos de elaboração e implantação das políticas públicas:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Quadro 4 - Visão municipal das atividades econômicas ligadas à agricultura familiar

IMPORTANCIA	MUNICIPIOS					
	ITP	MED	MIS	SH	SMI	STI
1º	BOVINO LEITEIRA	LAVOURA DE SOJA	LAVOURA DE SOJA	LAVOURA DE SOJA	LAVOURA DE SOJA	LAVOURA DE SOJA
2º	LAVOURA DE FUMO	AVICULTURA	LAVOURA DE MILHO	LAVOURA DE MILHO	LAVOURA DE MILHO	LAVOURA DE MILHO
3º	SUINOCULTURA	LAVOURA DE MILHO	BOVINO LEITEIRA	BOVINO LEITEIRA	AVICULTURA	BOVINO LEITEIRA
4º	AVICULTURA	SUINOCULTURA	AVICULTURA	AVICULTURA	SUINOCULTURA	AVICULTURA
5º	LAVOURA DE SOJA	BOVINO LEITEIRA	SUINOCULTURA	SUINOCULTURA	BOVINO LEITEIRA	OLERICULTURA
6º	LAVOURA DE MILHO	BOVINO CORTE	LAVOURA DE FUMO	BOVINO CORTE	BOVINO CORTE	BOVINO CORTE
7º	OLERICULTURA	OLERICULTURA	MANDIOCA	OLERICULTURA	PISCICULTURA	MANDIOCA
8º	PISCICULTURA	LAVOURA DE FUMO	BOVINO CORTE	LAVOURA DE FUMO	OLERICULTURA	PISCICULTURA
9º	BOVINO CORTE	X	OLERICULTURA	MANDIOCA	LAVOURA DE FUMO	SUINOCULTURA
10º	MANDIOCA	X	PISCICULTURA	APICULTURA	APICULTURA	FRUTICULTURA
11º	FRUTICULTURA	X	APICULTURA	FRUTICULTURA	FRUTICULTURA	APICULTURA
12º	APICULTURA	X	FRUTICULTURA	PSICULTURA	X	X

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

A formação de políticas públicas está relacionada com as percepções do Estado e da sociedade civil, neste caso o grupo de agricultores familiares estudados, para que, assim, possam ser construídos programas e ações que possam suprir carências e demandas.

O processo dinâmico em que as políticas públicas se encontram, é composto por negociações, pressões, mobilizações, alianças e coalizões de interesses, podendo ou não refletir os interesses de setores majoritários da sociedade civil. Por essa diversidade de



interesses, é necessário para um consenso mínimo que sejam realizados vários debates, confrontos e negociações, mesmo sabendo que alguns conteúdos já estão claros dentro de um processo de estruturação das políticas públicas como: sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação e qualidade de vida (TEIXEIRA, 2002).

No Quadro 5 estão identificadas as questões mais importantes para o desenvolvimento rural que necessitam de mais atenção segundo as secretarias municipais de agricultura. A maioria dos municípios apontam como questões com maior grau de importância as capacitações e assistência técnica rural e os mercados voltados para a agricultura familiar, porém, em dois municípios, a percepção se diferenciou dos demais, sendo Medianeira e São Miguel do Iguçu, que apontaram como função da secretaria somente o monitoramento de recursos naturais, e no município de Medianeira não existe CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

As questões apresentadas como de maior importância por estes dois municípios relacionam-se com a política pública estrutural, voltada à manutenção e conservação das vias de acesso, seguidas pelas questões relacionadas ao monitoramento de recursos naturais.

Verificou-se a necessidade de diálogo participativo e estratégico entres os agricultores familiares, municipalidade e outras entidades envolvidas no desenvolvimento rural, sendo que o CMDR pode cumprir esse papel para que sejam levados em consideração pontos importantes para o desenvolvimento rural sustentável e não somente interesses corporativos e setoriais.

Quadro 5 - Visão municipal sobre questões importantes no desenvolvimento rural

IMPORTÂNCIA	MUNICÍPIOS					
	ITP	MED	MIS	SH	SMI	STI
1º	Capacitações e Ater	Manutenção e conservação de vias	Capacitações e Ater	Capacitações e Ater	Manutenção e conservação de vias	Capacitações e Ater
2º	Mercado produtos AF	Uso ilegal de agrotóxicos	Mercado produtos AF	Adequações RL e APP	Descarte lixo rural	Mercado produtos AF
3º	Licenciamentos Ambientais	Contaminação dos rios	Manutenção e conservação de vias	Mercado produtos AF	Uso ilegal de agrotóxicos	Contaminação dos rios
4º	Adequações RL e APP	Licenciamentos Ambientais	Contaminação do solo	Uso ilegal de agrotóxicos	Mercado produtos AF	Adequações RL e APP
5º	x	Capacitações e Ater	Licenciamentos Ambientais	Desmatamento ilegal	Desmatamento ilegal	Contaminação do solo
6º	x	Contaminação do solo	Contaminação dos rios	Mercado para piscicultura	Contaminação dos rios	Licenciamentos Ambientais

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

Os municípios exercem importante papel nas análises e implantações de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, pois somente diante das especificidades locais e regionais pode-se desenhar políticas que contemplem condições de melhorias de vida no meio rural, segurança alimentar, proteção do meio ambiente, desenvolvimento da agricultura familiar e promoção de integração social e produtiva.

A lei de política agrícola (8.171 de 17.01.91), do ponto de vista formal, define os princípios fundamentais, objetivos e competências institucionais, prevê recursos, estabelece ações e instrumentos. A lei enfatiza a questão econômica (produtividade, incremento à produção, regularidade de abastecimento), enquanto a Constituição tem por referência a função social da propriedade. Equiparar estas duas dimensões,



em nossa estrutura agrária, significa uma opção pelo produtivismo e pela tecnificação, independente de seus impactos sociais e ambientais (TEIXEIRA, 2002, p. 10).

Através do Quadro 6 pode-se identificar que grande parte dos municípios apresentou uma preocupação com a manutenção e conservação de vias de acesso às propriedades rurais. Essa variável é de grande significância para os agricultores familiares, pois pode comprometer a viabilidade das atividades dessas unidades, tanto pelo recebimento de seus insumos, materiais e clientes, com também pela dificuldade de escoamento da sua produção agropecuária, além de que uma boa funcionalidade das vias de acesso contribui para a integração social desses agricultores, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida dessas unidades.

Já as políticas voltadas à atividade leiteira, mencionadas nos municípios de Itaipulândia, Santa Helena, São Miguel do Iguazu e Santa Terezinha de Itaipu, pelos subsídios em melhoria genética e produção de silagem, contribuem para a manutenção dessa atividade de grande importância na formação de renda da agricultura familiar e muito presente nos municípios estudados.

Quadro 6 - Políticas públicas municipais ligadas ao desenvolvimento rural

POLÍTICAS	MUNICÍPIOS		
	ITP	MED	MIS
1	FORNECIMENTO DE CALCÁRIO	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE ACESSO	COMODATO DE EQUIPAMENTOS PARA ASSOCIAÇÕES E GRUPOS
2	INCENTIVO A SUINOCULTURA E AVICULTURA	MORADIA RURAL	CONSERVAÇÃO DO SOLO
3	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE ACESSO		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE ACESSO
4	SUBSIDIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL		MORADIA RURAL
5	SUBSIDIO PARA ISCA FORMICIDA		SUBSIDIO PARA AGROINDÚSTRIAS
6	SUBSIDIO PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM		
POLÍTICAS	SH	SMI	STI
1	FOMENTO A AVICULTURA	CONSERVAÇÃO DO SOLO	FORNECIMENTO DE CALCÁRIO
2	FOMENTO A SUINOCULTURA	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS DE ACESSO	MECANIZAÇÃO RURAL
3	FOMENTO A BOVINOCULTURA LEITEIRA	SANEAMENTO RURAL	MORADIA RURAL
4	SUBSIDIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	SUBSIDIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	SANEAMENTO RURAL
5	PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE AÇUDES		SUBSIDIO PARA AGROINDÚSTRIAS
6	PROGRAMA COLETA SELETIVA URBANO RURAL		SUBSIDIO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
7			SUBSIDIO PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM

Fonte: dados da pesquisa, adaptado pelos autores.

Itaipulândia e Santa Helena, apresentaram como política pública o incentivo à avicultura e suinocultura, também atividades relativamente comuns na região estudada, devido à grande presença de empresas integradoras instaladas que buscam a expansão e



manutenção de suas atividades e percebem nos agricultores familiares parceiros potenciais pela grande necessidade de mão de obra nestas atividades.

Os municípios de Medianeira, Missal e Santa Terezinha de Itaipu elencaram dentre as suas políticas, a Moradia Rural, visando a melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores, através de parcerias governamentais pelo Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Também são encontradas políticas nos municípios de São Miguel do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu em parceria com a FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, que promove a inclusão social pelas ações de saneamento para a prevenção e controle de doenças.

Nos municípios de Missal e Santa Terezinha de Itaipu, foi relacionada a política de incentivo às agroindústrias familiares, uma excelente alternativa de complemento de renda das unidades familiares, porém com grande necessidade de planejamento de negócio, tanto em relação à inclusão mercadológica destes produtos, quanto ao cumprimento das exigências higiênicas e sanitárias dos órgãos fiscalizadores.

Em relação às atividades produtivas, os municípios apresentaram políticas variadas vinculadas à análise e conservação do solo, representadas pelo fornecimento de calcário, horas máquinas para a mecanização rural, comodatos de equipamentos para associações e grupos e subsídio para aquisição de iscas formicidas.

Não foram elencadas pelas secretarias municipais de agricultura políticas voltadas ao potencial eco turístico regional, políticas relacionadas aos integrantes das unidades familiares dentro de suas características sociais (jovem, idoso, homem, mulher), políticas voltadas à manutenção e conservação de saberes locais e aspectos culturais, políticas de capacitação e assistência técnica e não se identificou políticas relacionadas a sistemas produtivos orgânicos ou agroecológicos.

Mesmo não mencionadas pelas secretarias, torna-se importante um novo estudo relacionando às políticas efetuadas por parceiros dos municípios, verificando as ações desenvolvidas e se estas contribuem para a satisfação das necessidades sociais destes agricultores dentro do contexto da sustentabilidade.

5. CONCLUSÕES

A dimensão política talvez apresente os maiores desafios dentro do desenvolvimento rural sustentável para a agricultura familiar, primeiramente pela necessidade do desenvolvimento de processos participativos, recaindo sobre os municípios a necessidade de organização de seus recursos humanos para a negociação, captação e aplicação de recursos. As secretarias devem planejar ações que perdurem além de seus mandatos políticos com a participação ativa dos agricultores familiares, com planejamento estratégico participativo, havendo a necessidade de mediações entre os vários projetos e interesses existentes na região Costa Oeste do Paraná. Um dos motivos mais importantes para a criação de diferentes políticas públicas decorre do fato de que nem todos os agricultores familiares terão condições de acompanhar ou se manter dentro dos modelos produtivos predominantes, e a solução é buscar alternativas através de estudos para a utilização de potencialidades regionais ou sistemas produtivos voltados às pequenas propriedades e agricultura familiar.



A partir das dimensões do desenvolvimento rural sustentável relacionadas na pesquisa, identificou-se a necessidade de criar políticas públicas que atendam todos os agricultores em vários aspectos, pois as políticas públicas atuais priorizam o capital fixo e o desenvolvimento econômico e industrial.

Há a necessidade também de um estudo sobre a formação de capital social desses agricultores que possa medir as potencialidades de auto-organização, atividades colaborativas para solução de problemas comuns e capacidade de diálogo com os vários integrantes da sociedade em geral, buscando em suas características endógenas, potencialidades que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável e que não estão sendo utilizadas pelos municípios para a criação e manutenção das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ADEOP – Agência de Desenvolvimento do Extremo Oeste do Paraná. **Pronaf Sustentável na BP3**. Paraná, 2012.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: Almeida, Jalcione; Navarro, Zander (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 33-55, 1997.

AVILA, M. L., et al. **Sinergia e coordenação em políticas públicas: o caso do PAA e PNAE**. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, Brasília, v.7, n. 3, p. 68-81, jul. 2013.

BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Buenos Aires: PAIDÓS. 1998.

BUCCI, M. **Políticas Públicas - Reflexões sobre o Conceito Jurídico**, 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARAMARO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 15, n. 2, p. 45-65, 2014.

CASAGRANDE, A.E. SOUZA, E.B.C de. **A relação campo-cidade na região costa oeste do Paraná**. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.36, n129, p.135-152, jul/dez.2005.

COSTA, A.A.V.M.R. "Agricultura sustentável I: Conceitos." *Revista de Ciências Agrárias* 33.2, p.61-74, 2010.

COSTABEBER, J.A.; CAPORAL, F.R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R.R. **Agricultura e sustentabilidade**. PLAGEDER, 2009.

DENARDI, R.A., et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba: Emater-PR, 2000.

FEIJÓ, R.L.C. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. LTC, 2010.



- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUILHOTO, J., et al. **PIB da agricultura familiar: Brasil-Estados**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- GUIVANT, J.S. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, p. 95-112, 2001.
- HAESBAERT, R. **Região: Trajetos e perspectivas**. In: JORNADA DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 2005, Porto Alegre, RS. Anais. Porto Alegre: FEE-RS, 2005.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - **CADERNOS ESTATÍSTICOS MUNICIPAIS – PR**. Em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: julho de 2016.
- KRUEL, A. J. **Contribuições da abordagem orientada ao ator às pesquisas em representações sociais: reflexões a partir do estudo dos compromissos dos gestores públicos municipais**. XXXIV ENANPAD. Rio de Janeiro, 2010.
- LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. Van Der. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura**. In: Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais / Organizadores Sergio Schneider e Marcio Gazolla. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- LUCENA, M.D.S. **Planejamento de recursos humanos**. Atlas, 2012.
- MARQUES, P.E.M.; FLEXOR, G. **Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura**. Revista eletrônica Sociedade e Desenvolvimento Rural-INAGRO, p. 45-66, 2008.
- NASSER, B. **Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 145-178, Dezembro, 2000.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável: idéias sustentáveis**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SCHNEIDER, S. **Reflexões Sobre Diversidade e Diversificação na Agricultura, Formas Familiares e Desenvolvimento Rural**. RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP, v. 4, n. 1, 2010.
- SMANIO, G. **O Direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.
- TEIXEIRA, E.C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

*Recebido em 24/04/2019
Aprovado em 22/05/2019*